



Ata do 75º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, no período de 21 a 23 de agosto de 2008.

Às 08:45 (oito e quarenta e cinco) horas do dia vinte e dois de agosto, numa sexta-feira, na sala Ponta Negra do Hotel Pirâmide, presentes os Membros do Colégio, que assinaram a lista de presença, o Presidente Marcus Faver convidou para fazer da mesa o Exmo. Min. Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal a quem saudou, agradecendo a sua presença ao Encontro, dizendo-lhe que o Colégio estará sempre ao seu lado na difícil tarefa de conduzir o Poder Judiciário Nacional. O Presidente Marcus Faver concedeu a palavra ao Min. Gilmar Mendes que, após saudar os presentes, proferiu palestra abordando temas de interesse do Poder Judiciário e sobre as questões enfrentadas pela Justiça brasileira. O palestrante deu ênfase à atuação do Conselho Nacional de Justiça que tem, na sua composição, se pautado no cumprimento de uma das suas finalidades, de orientar e planejar a administração da Justiça Nacional. Disse que o Presidente Marcus Faver lhe tem solicitado que o Conselho não estabeleça situações de conflito com os Tribunais de Justiça, como ocorreu nas suas primeiras atuações logo que foi instalado. Encerrada a palestra foi deixada a palavra livre, tendo se manifestado o Des. Jones Figueiredo Alves, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco que enalteceu a atuação do Min. Gilmar Mendes e externou a sua preocupação na implantação do Projeto “Justiça Aberta”. A seguir usou da palavra o Des. Lécio Resende, membro da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes e representante do TJDFT, que, levantou a questão relativa à Resolução da Escola Nacional da Magistratura que trata dos concursos públicos para ingresso na magistratura. O Ministro Gilmar Mendes respondeu às intervenções, explicando o seu ponto de vista a respeito das questões suscitadas. As suas explicações foram interrompidas para que fosse recepcionado o Senador Garibaldi Alves, Presidente do Congresso Nacional. O Presidente Marcus Faver saudou Sua Excelência, dizendo que o Colégio vivia naquele instante um momento histórico, pois pela primeira vez, recebia, em seus encontros, tão alta autoridade como a do ilustre Senador. Encerrando a primeira pauta de programação da manhã, o Presidente do Colégio agradeceu as presenças do Min. Gilmar Mendes e do Senador Garibaldi Alves. Dando continuidade à reunião, o Des. Marcus Faver saudou a Conselheira do CNJ Andréa Pachá a quem concedeu a palavra, tendo Sua Excelência proferido palestra sobre o papel atual do Conselho Nacional de Justiça. Na palavra livre, usou-a o Des. Milton Nobre, membro da Comissão Executiva que criticou decisão do CNJ a respeito da fixação de prazo, indistintamente, para que os Tribunais procedessem a unificação da linguagem dos processos. Em seguida, usou da palavra o Des. Rêmolo Letteriello, membro da Comissão Executiva que levanta e faz considerações a respeito dos temas “promoções dos magistrados por merecimento – critérios objetivos” e “depósitos judiciais”. Falou a seguir, a Des. Silvia Zarif, Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia que enalteceu o trabalho desenvolvido pelo CNJ. Manifestou-se, a seguir, o Des. Orlando Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, em discurso veemente, criticou a composição do Conselho Nacional de Justiça, dizendo que a grande maioria dos seus membros é constituída de pessoas ligadas à Justiça Federal. O Des. Lécio Resende, da Comissão Executiva abordou a questão relativa à conversão das férias em pecúnia. Após, interveio o Conselheiro do CNJ Felipe Locke que se colocou à disposição dos

Presidentes no Conselho, comprometendo-se a ouvi-los em seus pleitos e reivindicações. Interveio, a seguir, o Des. Murta Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, questionando a concessão de liminares por decisões monocráticas dos conselheiros-relatores. Falou após, o Des. Jones Figueiredo Alves, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco que discorreu sobre a convocação para substituição de desembargadores e do pagamento das diferenças dos ATS. Usou da palavra, também, a Desa. Zênite Andrade, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia que enalteceu a disposição do CNJ de ouvir os Presidentes dos Tribunais. No período da tarde, a reunião foi aberta às 13 (treze) horas e 30 (trinta) minutos com a manifestação do Des. José Antonio Noronha, do Tribunal de Justiça do Paraná que expôs sobre as Resoluções que tratam dos processos repetitivos, fornecendo material a respeito a todos os presentes para viabilizar a sua discussão, o que foi feito. Falaram a respeito o Presidente Marcus Faver, o Des. Milton Nobre e o Des. Nelson Schaefer, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ficou deliberado que todos os Tribunais elaborassem atos normativos a respeito, de acordo com as suas possibilidades e necessidades. O Presidente comunicou a realização de um encontro extraordinário em Salvador-Bahia onde, em seminário serão discutidos temas sobre “Problemas Brasileiros”, no período de 12 a 21 de setembro próximo. Anunciou também a realização do 76º Encontro em Rio Branco-Acre, nos dias 16, 17 e 18 de outubro deste ano; do 77º Encontro em Belém, no período de 21 a 23 de novembro de 2008 e o 78º Encontro em Salvador-BA nos dias 06, 07, 08 e 09 de março de 2009. O Des. Frederico Pimentel, Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, ofereceu o seu Estado para sediar o 79º Encontro no final de novembro de 2009. A seguir foi proferida palestra pela Juíza do Rio Grande do Norte, Dra. Márcia Zeneide de Bezerra, sobre o Projeto de Capacitação Continuada levado a efeito pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Após, o Presidente Marcus Faver submeteu ao Plenário, para discussão, o texto da Carta de Natal, redigido pelo Des. Milton Nobre. O Des. Noronha abordou a questão do trabalho desenvolvido pelo Des. Amaral, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em favor da aprovação da PEC que trata da aposentadoria aos 75 anos, tendo o Presidente Marcus Faver comunicado a posição do Colégio favorável à PEC, posição essa que será levada ao conhecimento do Senador Garibaldi Alves no Encontro Extraordinário em Salvador. A seguir, manifestou-se o Des. Murta Ribeiro sobre a questão das penas alternativas, sobre a qual falou também a Desa. Marilza Maynard, da Comissão Executiva. A Desa. Silvia Zarif informou a posição do Tribunal de Justiça da Bahia sobre a questão da incidência do imposto de renda sobre o pagamento das diferenças da URUS, solicitando aos presentes orientação sobre o assunto. Falou, a seguir o Des. Noronha que explicou como procedeu o Tribunal de Justiça do Paraná. Quanto ao proceder do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre a matéria, falou o Des. Orlando Carvalho. O Des. Costa Alencar, do Tribunal de Justiça do Piauí, consultou a Presidência do Colégio sobre o que poderia ser feito para resolver questão vivida pelo Tribunal de Justiça do Piauí que encontrasse, há muito tempo, com o seu concurso para ingresso na magistratura suspenso por liminar do STF. O Presidente recomendou que se aguardasse a decisão definitiva sem falar com o relator, uma vez que tal providência poderia prejudicar ainda mais a conclusão da demanda. O Presidente do Tribunal de Mato Grosso do Sul, Des. João Carlos Brandes Garcia, comunicou aos presentes que foi notificado pelo INSS pelo não recolhimento da contribuição previdenciária na remuneração dos conciliadores e juizes leigos dos Juizados Especiais, solicitando o estudo do assunto pelo Colégio e a orientação aos Tribunais que certamente enfrentarão o mesmo problema. O Presidente Marcus Faver recebeu toda a documentação fornecida pelo Des. João Carlos Brandes e prometeu estudar a matéria e

fazer a devida instrução aos Tribunais de Justiça. Encerrou-se a sessão do dia vinte e dois às 17:00, convocando-se os presentes para a continuidade e encerramento dos trabalhos no dia seguinte, vinte e três, às 09:00 horas. No dia vinte e três, às 09:45, foi aberta a sessão de encerramento dos trabalhos pelo Presidente Marcus Faver que submeteu à apreciação do plenário o texto da Carta de Natal, que novamente discutido foi finalmente aprovado. Nada mais havendo, encerrou-se o 75º Encontro do Colégio de Presidentes, de cujos trabalhos lavrou-se a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros do Colégio.